

***Segurança,
Justiça e Cidadania***



Prevenção e Controle Criminal

O Governo da Bahia, consciente do seu papel de gestor das atividades de segurança, desenvolve, através da Secretaria de Segurança Pública – SSP, diversos programas e ações relacionados com sua missão de garantir a ordem pública, imprimir um padrão superior de desempenho e controle da criminalidade.

Foram realizadas em torno de cem mil ações preventivas e de controle e manutenção da ordem pública em todas as regiões do Estado, com excelentes resultados; cerca de 140 grandes eventos populares foram atendidos, com públicos superiores a 10 milhões de pessoas; além do Carnaval de Salvador, cuja estimativa foi de dois milhões de pessoas nas ruas, das quais 700.000 turistas. A emissão de carteira de identidade é outra atividade importante da SSP que visa a beneficiar toda a população. Neste exercício, mais de 600 mil cédulas foram emitidas em parceria com prefeituras municipais.

Recuperação e Construção de Unidades Operacionais

Em 2003 foram construídas oito unidades operacionais de Polícia Civil e Militar, das quais duas unidades em Salvador, situadas nos bairros da Baixa do Fiscal e na Vila Militar do Bonfim, e nos municípios de Antas, Itapicuru, Guanambi, São Félix, Jequié e Santa Cruz de Cabrália. Entre as obras em andamento, destaca-se a de Salvador, localizada em Periperi, e as dos municípios de Riachão do Jacuípe, Ribeira do Pombal e Cipó, bem como as unidades situadas nas regiões de fronteira, como as das cidades de Campo Alegre de Lourdes, Formosa do Rio Preto e Rio Real.

No presente exercício, vale destacar a reforma do prédio da Delegacia de Feira de Santana, que passou a abrigar sua segunda Delegacia Circunscripcional; a reforma no Complexo dos Barris, incluindo a Delegacia de Tóxico e Entorpecente – DTE, e a Delegacia de Homicídio – DH, da sede do Departamento de Inteligência Policial – DIP, e da Corregedoria na capital.

Equipamento, Reequipamento, Renovação e Ampliação da Frota de Veículos

Foram adquiridos 64 veículos para a Polícia Civil e 358 motos para a Polícia Militar, somando investimentos de R\$ 4,38 milhões na renovação e ampliação da frota destinada a dar suporte às ações de segurança pública. Está prevista, para 2004, a licitação para a compra de viaturas que integrarão as frotas das polícias Militar e Civil, do Detran e da Polícia Técnica.

Modernização do sistema de Informática

Dando continuidade às ações do **Programa de Prevenção e Controle Criminal**, a SSP disponibilizou, através do Portal Eletrônico do Governo da Bahia, uma série de serviços



Em 2003 o governo construiu oito unidades operacionais de Polícia Civil e Militar

que podem ser acessados on-line pelo cidadão. Dentre esses serviços sobressaem-se o Serviço de Denúncia de Policiais, registrando informações referentes à corrupção policial e abuso de autoridade e o Serviço de Registro de Perda de Documentos Pessoais, também objeto de significativa procura por parte da sociedade.

Ainda dentro do contexto de modernização tecnológica, implementada pela SSP, deve ser ressaltado o uso, cada vez mais freqüente, das técnicas de mapeamento geoprocessado de informações que identificam com precisão as áreas de maior concentração de delitos. Como resultado desse trabalho, observa-se uma progressiva integração administrativa e operacional entre as unidades, visando a uma melhora nas ações de prevenção e combate à criminalidade.



O Programa Polícia Cidadã constitui um importante canal de interação com a comunidade.

superou amplamente a meta inicialmente prevista de oito Conselhos Comunitários. Destaca-se ainda a criação de duas CIPM especializadas: a Companhia Independente de Policiamento do Cerrado, sediada no município de Luís Eduardo Magalhães, e a Companhia de Policiamento Rodoviário, com sede em Itabuna.

Através de suas companhias independentes e seus batalhões, a Polícia Militar logrou prestar atendimento a cerca de quatro milhões de cidadãos, na capital, e em mais 93 municípios do interior do Estado, reforçando a interação entre o aparato policial e a comunidade.

Departamento de Inteligência Policial – DIP

O Departamento de Inteligência Policial, recentemente criado e estruturado para apoio às operações da SSP, com equipamentos de última geração e pessoal especialmente treinado, tem sido fundamental no planejamento e execução de inúmeras operações que culminaram com prisões e desbaratamento de quadrilhas, de grupos de assaltos a bancos, roubos de cargas nas estradas, roubos e furtos de veículos e narcotráfico.

Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública

A implantação da Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública propiciou o acompanhamento e finalização de 387 processos/inquéritos policiais, garantindo um melhor desempenho das ações correcionais e reduzindo a impunidade de policiais infratores.

Polícia Cidadã

O **Programa Polícia Cidadã** se propõe, por um lado, a consolidar a gestão da Polícia Comunitária, com a finalidade de promover uma maior interação junto à comunidade e, por outro, melhorar a eficiência de suas ações, através de uma reengenharia de unidades operacionais.

Foram implantados 18 novos Conselhos Comunitários de Segurança em Salvador, mais dois na RMS e dois nos municípios de Itacaré e Camacã, totalizando 22 unidades. Este desempenho

Como resultado da ação da ronda escolar, beneficiando escolas públicas e particulares, com a participação efetiva de todas as companhias e batalhões, observou-se um decréscimo de 15% nos índices de violência no interior das escolas e nas suas cercanias, envolvendo estudantes, professores e funcionários. Além disso, a PM-BA, em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, e a Secretaria de Educação – SEC, vem desenvolvendo nas escolas o **Programa Especial de Redução ao Uso de Drogas**, trabalhando na prevenção e reeducação da criança e do adolescente.

Reestruturação do Modelo de Gestão do Sistema de Segurança Pública

Foi elaborado o Plano Estadual de Segurança Pública, cujos pontos fortes no âmbito interno são: compromisso institucional viabilizando o processo de modernização, humanização e valorização dos servidores da SSP; formação de parcerias com outros Estados e Governo Federal, para ação conjunta do sistema de segurança pública e adesão do Estado da Bahia ao Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Na área social foram aprimorados os procedimentos destinados à melhoria das condições de trabalho e de qualidade de vida dos servidores e de seus familiares. Projetos como o Núcleo de Estudos e Atenção ao Uso de Drogas – Nead, e o Serviço de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual – Viver, neste ano, realizou quase 5.000 atendimentos individuais, numa média de 400 atendimentos/mês, consolidando o serviço social nas delegacias da capital.



Servidores da SSP assistem palestra sobre melhoria da qualidade de vida

Formação e Capacitação de Profissionais de Segurança

Foram destinados recursos da ordem de R\$ 2,38 milhões à qualificação de todo o efetivo policial na capital e no interior, com destaque para as atividades de policiamento comunitário através da Universidade Corporativa de Qualificação Continuada (Unicidadã), responsável por programas educacionais específicos. O projeto de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos para a Investigação Criminal treinou 505 policiais e o projeto de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos para a Polícia Militar treinou 3.300 policiais em diversos módulos.

A SSP promoveu ações de incremento do seu pessoal operacional, resultando na incorporação ao efetivo da Polícia Militar de 2.712 novos alunos (formação de soldados) e 124 alunos (formação de oficiais), selecionados por concurso público. Da mesma forma, a Polícia Civil contou com a admissão de 200 delegados, 200 escrivãos e 400 agentes policiais.

Controle do Sistema de Trânsito

O **Programa Controle do Sistema de Trânsito** inclui as ações de fiscalização de tráfego, operação das atividades da Polícia de Trânsito, habilitação de motoristas e reparação das unidades da Polícia de Trânsito. Dessas atividades, destaca-se o licenciamento de mais de 400.000 veículos/ano, o atendimento de 80.000 consultas telefônicas e a expedição de 230.000 carteiras de habilitação. Foram reparadas ainda as unidades da Polícia de Trânsito, Circunscrições Regionais de Trânsito – Ciretran, e Detran, e o Departamento Estadual de Trânsito, nas diversas regiões do Estado, destacando-se as unidades de Camaçari, Simões Filho, Alagoinhas, Itaberaba e Senhor do Bonfim.

Defesa de Sinistro e Situação de Calamidade Pública

O número de sinistros atendidos pelo Corpo de Bombeiros aumentou em mais de 50% em relação ao ano anterior devido à expansão e modernização da Central Única de Telecomunicações – Centel. O novo modelo conjuga tecnologia e eficiência através de ações integradas, gerando substancial aumento nos atendimentos e conseqüente eliminação da demanda reprimida, além de agilização no atendimento. Foram atendidas 72.000 ligações úteis das 130.000 recebidas. O Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar – Salvar, executado pelo Corpo de Bombeiros em parceria com a Secretaria de Saúde, atendeu 6.500 chamados. Este serviço é um braço de assistência para urgências e emergências das ocorrências e sinistros na capital.

As ações de assistência e prevenção às comunidades em situação de emergência, executadas pela Coordenação de Defesa Civil – Cordec, se concentraram primordialmente no combate aos efeitos da seca no semi-árido e nas ações de prevenção às situações de risco, quando foram distribuídas 111.900 cestas básicas e celebrados convênios com 51 municípios para contratação de 98 carros-pipas, beneficiando 179 comunidades.

Internos da penitenciária Lemos de Brito integram o Projeto Menos Presos, Mais Cidadãos



Menos Presos, Mais Cidadãos

O **Programa Menos Presos, Mais Cidadãos** foi desenvolvido através das parcerias estabelecidas pela Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, com organizações governamentais, ONGs e diversas outras entidades do setor público e privado, e tem como missão primordial a ressocialização dos internos, apoiada através de três linhas de ação voltadas para o trabalho, a educação e a ação social.

Linha de Ação Trabalho - O trabalho tem um papel importante dentro do programa, ao colocar em prática uma cláusula da Lei de Execução Penal que garante ao presidiário o direito ao trabalho, respeitando suas aptidões e capacidades. As ações de profissionalização, além de sua finalidade produtiva, com a geração de renda, possuem também um caráter

educativo, objetivando a orientação para o retorno dos internos ao convívio social. Ao longo do exercício, 310 internos desenvolveram atividades laborativas de forma remunerada, equivalendo a 6,2% da população carcerária. Essa ação vem sendo realizada através de parcerias com 25 empresas ligadas às áreas de decoração, marcenaria, reprocessamento de resinas, serviços postais, artefatos em cimento, confecções, lavanderia, panificação e construção civil.

Envolvidos em atividades laborativas exclusivamente para remissão de pena, estiveram engajados 653 presos, 13% do total de internos, com atuação em atividades de manutenção das unidades, a exemplo de limpeza, jardinagem, serviços elétricos e hidráulicos, e na confecção de artesanatos diversos, cuja produção é comercializada em um box localizado no Mercado Modelo através de parceria com o Instituto Mauá.

As atividades laborativas também foram operacionalizadas pelo programa Liberdade e Cidadania, criado com o objetivo de incentivar e facilitar o acesso do egresso e do liberado condicional ao mercado de trabalho. Este programa conta com a parceria da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, juntamente com a Fundação Dom Avelar Brandão, através da Pastoral Carcerária, que o executa. Através desta linha de atuação, o poder público concede às empresas parceiras o ressarcimento de 50% do valor do salário pago a cada contratado, limitado este valor a R\$ 200,00 (duzentos reais) per capita, por um prazo máximo de doze meses.

Linha de Ação Educação - Visando a melhor qualificação dos internos, o segmento educacional conseguiu manter em funcionamento as séries iniciais do ensino fundamental em cinco unidades prisionais da capital e quatro do interior, totalizando o atendimento a 460 alunos, distribuídos em 23 turmas, por intermédio de convênio firmado entre a SJDH e a Secretaria de Educação – SEC. A Escola com Arte integra o referido curso, com a finalidade de tornar as aulas mais motivadas, pois desenvolve as habilidades motoras e a criatividade dos presos.

Linha de Ação Social - A Ação Social teve seu trabalho basicamente direcionado para uma das questões fundamentais no processo de ressocialização do preso, que é o estreitamento dos seus laços familiares. Facilitadoras da sua reintegração social, as ações foram desenvolvidas com parcerias envolvendo órgãos governamentais e do Terceiro Setor, que possibilitaram 50.736 atendimentos, sendo 30.442 em Salvador e 20.294 no interior do Estado. As ações estenderam-se inclusive aos familiares dos internos nas necessidades mais imediatas, como os programas de vacinação e ações preventivas para a redução de danos causada pelas drogas, atendimentos psicoterápicos e psiquiátricos, além do controle de diabetes e hipertensão arterial e prevenção do câncer.



O artesanato confeccionado pelos internos é comercializado no Mercado Modelo, graças a uma parceria com o Instituto Mauá



A construção do Anexo IV da Penitenciária Lemos de Brito vai contribuir para diminuir o déficit de vagas do sistema prisional

mações fornecidas pela SSP, atualmente encontram-se 3.881 presos à disposição da Justiça, custodiados em delegacias e cadeias públicas e, como tal, em situação inadequada.

Com o objetivo de acabar com o déficit de vagas do sistema prisional até 2007, o governo estadual está implementando várias ações para ampliar gradativamente o número de vagas. Encontra-se em fase final a construção do Conjunto Penal de Juazeiro, a ampliação da Penitenciária Lemos Brito e a do Presídio de Paulo Afonso. Ainda em andamento estão as obras de ampliação do Presídio de Vitória da Conquista e do Conjunto Penal de Itabuna, além do Presídio de Simões Filho, representando um acréscimo de 1.320 novas vagas no sistema. As obras de construção e ampliação de unidades penais envolveram a aplicação de recursos no montante de R\$ 2,8 milhões, oriundos de convênios firmados com o Ministério da Justiça.

Expansão e Melhoria do Sistema Penitenciário

O sistema penitenciário da Bahia é composto de 13 unidades prisionais, sendo cinco localizadas em Salvador e oito em diversas regiões do Estado. A capital também dispõe do Hospital de Custódia e Tratamento e mais duas unidades de apoio, compreendendo o Centro de Observação Penal e a Central Médica Penitenciária. A capacidade do sistema é de 4.360 vagas, sendo 2.697 em Salvador e 1.663 no interior, apresentando um déficit total de 976 vagas ou 22,3%. Consoante infor-

Tabela I
Construção e Ampliação de Unidades do Sistema Prisional Bahia, 2003

Unidades Penais	Conclusão Prevista	Nº de Vagas
Conjunto Prisional de Juazeiro	Abril/2004	268
Penitenciária Lemos Brito - Salvador	Janeiro/2004	384
Presídio de Paulo Afonso	Janeiro/2004	64
Presídio de Vitória da Conquista	Dezembro/2004	64
Presídio de Itabuna	Dezembro/2004	312
Presídio da RMS - Simões Filho	Setembro/2004	228
Total de Vagas	–	1.320

Fonte: SJDH

Os compromissos com a ressocialização do detento motivaram a obra de reforma geral no Galpão/Oficina da Penitenciária Lemos Brito, financiada com recurso federal. As reformas emergenciais no Presídio de Salvador, já foram concluídas; além de pequenos reparos em andamento na Penitenciária Feminina, Colônia Lafayette Coutinho e Escola para Filhos de Internos, sob a responsabilidade da SUCAB, totalizando recursos da ordem de R\$ 119 mil.

Merecem destaque também os novos projetos elaborados pela SUCAB, já com plano de trabalho em análise no Ministério da Justiça para formalização de convênio para a construção de mais duas penitenciárias, com a criação de mais 836 vagas até o final de 2004, sendo uma no município de Serrinha e, outra, em Lauro de Freitas.

Modernização da Gestão Penitenciária

Voltado ao atendimento de presos nos processos de execução e revisão da pena e progressão de regime prisional, o Projeto de Mutirão Jurídico atuou junto às varas criminais, à Vara de Execução Penal e no acompanhamento de processos no Tribunal de Justiça, perfazendo um total aproximado de 1.414 processos. O projeto foi coordenado por defensores públicos e promotores e teve a participação de 20 estagiários de Direito de diversas faculdades do Estado.

Está em andamento a implantação da rede de informática no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, no Conjunto Penal de Valença e no Hospital de Custódia e Tratamento. Este sistema, que começou a ser implantado em 2002, contemplará todas as unidades penais estaduais e é de fundamental importância para o adequado atendimento das demandas do **Programa Menos Presos, Mais Cidadãos**.

Fiscalização da Pena - O Conselho Penitenciário realizou 95 sessões, 1.892 apreciações e pareceres em processos, que resultaram na concessão de 759 livramentos condicionais. Foram registrados 1.734 atendimentos pelo serviço social, 479 pelo serviço de psicologia e encaminhados 595 a diversas entidades sociais e de saúde. Destaca-se ainda o desenvolvimento da implantação do Sistema Automatizado do Conselho Penitenciário – Sacop, com conclusão prevista para março/2004, que visa controlar e acompanhar os processos dos sentenciados aptos a solicitarem livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania

A SJDH vem implementando ações importantes na área de direitos humanos e cidadania através de programas já iniciados em exercícios anteriores. Seguindo essa diretriz, o Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência – Provita, atendeu a 62 pessoas, registrando um total de 198 protegidos. Destes, 70% são provenientes do próprio Estado, 18% de casos permutados de outros Estados que possuem programas de proteção e 12% de casos oriundos de Estados que não possuem Provita. Através de convênio firmado com o Ministério da Justiça e o governo estadual, com a intermediação da SJDH, em parceria com a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – Aatr, o programa aplicou recursos da ordem de R\$ 572 mil.

A Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Ceapa, entidade criada em 2002 através de convênio entre o Ministério da Justiça e o Estado da Bahia, atendeu a 1.070 novos beneficiários, mantendo o acompanhamento de outros 96 beneficiários do ano anterior, ainda em cumprimento de alguma modalidade de pena e/ou medida alternativa. A rede social de apoio à Ceapa foi ampliada, passando de 60 instituições filantrópicas para as atuais 109. O trabalho desenvolvido tem o objetivo de dar suporte e acompanhamento à execução das penas, em parceria com a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, Juizados Especiais Criminais Estaduais, Varas Criminais Privativas de Tóxico, Varas Especializadas Criminais Federais e Seção Judiciária.

ria da Bahia. Para tanto, foram investidos recursos da ordem de R\$ 180 mil, sendo R\$ 127,08 mil do governo estadual e R\$ 52,92 mil da União.

Outra importante intervenção na promoção dos direitos humanos é o Centro de Atendimento às Vítimas da Violência na Bahia – Ceviba. Instalado através de convênio firmado entre o Ministério da Justiça e a SJDH, gerenciado pela entidade Cidade da Luz, o centro tem como objetivo principal prestar orientação e acompanhamento psicossocial e jurídico às vítimas e familiares de vítimas de violência, em Salvador e Região Metropolitana. O projeto dá uma atenção especial à violência praticada contra crianças, adolescentes e mulheres, à violência racial e à tortura, procurando sobretudo estabelecer mecanismos de dissolução dessas práticas. Para tanto, foram realizados 142 novos atendimentos e dado prosseguimento aos 178 casos já existentes. Entre ligações telefônicas, correspondências recebidas e expedidas, palestras e seminários, o Ceviba registrou 7.780 atendimentos.

Através do Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen, foram desenvolvidas atividades voltadas ao combate às drogas, como o lançamento da Campanha de Prevenção do Uso Indevido de Drogas em Festas Populares e a distribuição, em escolas e instituições que atuam na área da criança e do adolescente, de cópias do videogame da Vida, integrante do Projeto Vídeo Vida, além da implementação dos serviços oferecidos pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – Cetad, que proporciona atendimento ambulatorial a usuários de drogas e seus familiares. Esses serviços foram viabilizados mediante convênio firmado entre a SJDH e a Associação Baiana de Apoio, Prevenção, Terapia, Estudos e Pesquisas do Abuso de Drogas – Abapeq. Ainda no ano de 2003, foram implantados Conselhos Municipais de Entorpecentes nos municípios de Ibititá e Luís Eduardo Magalhães.

O Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos – Cepdh, iniciou estudos para a elaboração de um Plano Estadual para o Estado da Bahia e encaminhou os processos relativos a denúncias de violação dos direitos humanos aos órgãos competentes.

O Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN, realizou seminários, palestras, documentários, fóruns e lançamentos de livros voltados ao público afro-descendente.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, vem articulando diversas ações desenvolvidas pelos vários órgãos e entidades voltados às questões de gênero, nas áreas de educação, saúde, trabalho, justiça e segurança pública.

O Conselho Estadual do Idoso – CEI, tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados, estabelecendo as diretrizes e a definição da política estadual dos direitos do idoso no Estado da Bahia. Neste exercício, foi elaborado o seu regimento interno.

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Coede, criado nos termos da Lei nº 8.268 de 4 de julho de 2002, está em processo de indicação dos representantes dos diversos órgãos e entidades que o compõem para sua implantação.

Nas ações de apoio a entidades sociais, foi renovado o convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção Bahia, que recebeu recursos da SJDH da ordem de R\$ 1 milhão para prestação de assistência jurídica à população carente, tendo realizado 10.915 atendimentos, 1.894 audiências e 1.693 casos novos com acompanhamento jurídico.

Assistência Jurídica à População Carente

A Defensoria Pública do Estado – DPE, órgão responsável pela oferta de assistência jurídica gratuita à população carente da capital e do interior do Estado, realizou 187.153 atendimentos em Salvador e 60.752 atendimentos nas diversas comarcas do interior.

Com a criação da Central de Ações Rápidas – CAR, foi estabelecido um sistema de atendimento diferenciado para aqueles que necessitam de aforamento de ações de alimentos, alvarás, interdições, divórcios e separações consensuais, tutorias e ações pertinentes à Vara de Registro Público, em razão deste universo representar aproximadamente 70% da demanda da DPE. Também foi implantado o novo Sistema de Atendimento ao Público – SAP, eliminando o aguardo em longas filas diárias pelos interessados nos serviços de assistência jurídica, com a criação do setor de triagem e reestruturação do setor de cadastro. Cabe destacar ainda a criação e implantação de Núcleos de Atendimento de Prática Jurídica na Faculdade Integrada da Bahia – FIB, e no Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC/Liberdade, como, também, o Sistema de Registro Estatístico, o Sistema de Protocolo e a Central de Informações e Agendamentos.

Proteção e Defesa do Consumidor

A finalidade deste programa é assegurar o atendimento ao consumidor baiano, ampliando a oferta do serviço no Estado da Bahia. A Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procom, atendeu 172.104 consumidores em busca de seus direitos. Destacam-se as notificações a 14.820 consumidores e fornecedores e a realização de 7.877 audiências de conciliação e de 2.420 acordos firmados, além da instauração de 5.238 processos administrativos. Foi elaborada, também pela Procom, a Cartilha do Consumidor, um manual de orientações básicas do Código de Defesa do Consumidor e do Decreto nº 2.181.

Por fim, a Procom-Ba ministrou cursos e palestras em escolas da rede pública e particular de ensino, universidades, empresas privadas e órgãos públicos, com as orientações específicas sobre defesa do consumidor nas áreas da saúde, educação, comunicação, consórcios e contratos e prestações de serviços.